



MEDIAÇÕES ENTRE POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO E OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DE EQUIDADE: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Paula Daniela Zapata
UNIVESP

zapata.pauladaniela@gmail.com

Andréia Maria de Lima Assunção
UNIVESP e USP

amlassuncao@gmail.com

Livia Pizauro Sanchez
UNIVESP

livia.sanchez@univesp.br

Eixo 1 – Educação Inclusiva, Acessibilidade e Tecnologias Assistivas

Palavras-chave: Educação a Distância; Universidade Pública; Política de Inclusão; Equidade.

Introdução

Este trabalho se propõe a realizar uma breve análise da trajetória de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas (NEEs) ingressantes entre 2019 e 2025, em cursos de graduação de uma universidade pública na modalidade a distância. Complementarmente, esses índices foram interseccionados às dimensões institucionais e macropolíticas a eles subjacentes, elucidando o papel das políticas públicas de expansão do acesso à educação universitária, bem como das intervenções institucionais que incorreram em mudanças de caráter conceitual, pedagógico e organizacional na instituição.

Tal exercício crítico-reflexivo considerou os procedimentos de análise documental (André, 2003) e os princípios da pesquisa-ação (Corey, 1975). Como resultado, anuncia-se que expansão de vagas na referida universidade tem se consolidado como uma estratégia proeminente de ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente ao atender estudantes que, por razões socioeconômicas e/ou geográficas, não possuíam condições de frequentar instituições presenciais.

No entanto, esse crescimento acelerado trouxe à universidade novos desafios, entre os quais se destaca a urgência de assegurar um atendimento educacional inclusivo, equitativo e de qualidade para alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Fundamentos Teóricos

Segundo o Censo de Educação Superior, o número de matrículas em instituições de ensino superior entre 2001 e 2010 mais que dobrou (Brasil, 2010, p. 38). De 2011 até 2021, esse número saltou de mais de 6,7 milhões para quase 7 milhões de matrículas (Brasil, 2021, p. 17). Nesse processo, segundo o Relatório de Monitoramento Global da Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, os setores de ensino se diversificaram e as instituições públicas, privadas e de educação a distância cresceram em número, cobertura, especialização e missão. Em consonância a isso, cresceram os desafios de promover condições equânimes para a participação justa da diversidade de pessoas ingressantes (Altbach et al, 2009).

No cenário brasileiro, tal conjuntura foi mobilizada por uma série de políticas sistemáticas implantadas com o propósito de promover a expansão do acesso à educação pública universitária, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos – PROUNI (Brasil, 2005), o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB (Brasil, 2006), ou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Brasil, 2008).

Nesse contexto, as intenções de expansão do acesso são também impactadas pelas legislações específicas comprometidas com as pautas de inclusão e equidade, como a Lei 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei 12.711/12, Lei de Cotas.

Apesar da relevância dessas políticas, elas não são capazes de isoladamente assegurarem o acesso, a permanência e a titulação de pessoas com deficiência nas universidades, uma vez que não necessariamente alteram a estrutura universitária, consideradas as contradições da educação institucionalizada como processo social em curso, na perspectiva histórico-material (Silva, 1992, Torres, 1992). Para o delineamento de um espaço social fundamentalmente aberto à diversidade, são também necessários processos de reconhecimento que mobilizem mudanças conceituais, organizacionais e

pedagógicas a partir do trânsito entre perspectivas e do tensionamento das hegemonias que compõem a estrutura universitária (Cabral, 2019).

Em atenção a isso, este trabalho realiza uma breve análise da trajetória de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas ingressantes, de 2019 a 2025, correlacionando-a às iniciativas universitárias locais voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão.

Metodologia

O procedimento analítico-reflexivo ora desenvolvido, se serve da articulação entre a técnica de análise documental, tal como concebe André (2003), e a metodologia de pesquisa-ação (Corey, 1954).

A análise de documentos foi empregada com o propósito de “[...] de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes.” (André, 2003, p. 28).

O conjunto de documentos e informações selecionados considerou i) o Relatório de Atividades da Comissão Geral e Permanente de Acessibilidade e Inclusão, cujo escopo descreve as ações desenvolvidas no período de setembro de 2022 a abril de 2025, ii) e o Plano de Trabalho, dedicado ao planejamento das ações previstas para o período de julho de 2025 a dezembro de 2027.

Os princípios da pesquisa-ação foram acionados em decorrência de seu potencial orientador para o desenvolvimento de pesquisas baseadas na própria prática docente e profissional (Corey, 1975), que se constitui, no cenário educacional e pedagógico, como ferramenta de desenvolvimento profissional (Assunção, et al., 2024).

Análise de Dados

A partir de 2017, foram desenvolvidas importantes ações de expansão na Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, criada originalmente em 2012 pela Lei n.º 14.836, para a implementação de cursos exclusivamente na modalidade a distância. Em sua primeira oferta de cursos próprios, foram abertas 3.330 vagas e, desde então, o campo de cobertura universitária foi ampliado, resultando na oferta de 42.450 vagas em 2018. Desde dezembro de 2024 a universidade soma mais de 80 mil estudantes de graduação e pós-graduação.

O projeto de expansão, implantado e mantido pelo Estado de São Paulo, reinaugurou as perspectivas de ampliação de vagas já estabelecidas pelas políticas nacionais em curso, também destinadas aos propósitos de democratização do ensino superior. Com ele, reacenderam-se nos debates sobre promoção de equidade, inclusão e acessibilidade, os tensionamentos entre as categorias democratização, massificação e qualidade da educação, resistência, ideologia, produção e reprodução de sucesso e fracasso escolar.

À medida que as ações de expansão foram implementadas, o contingente de estudantes com deficiências e/ou NEEs se tornou também crescente, a partir de 2018, quando aconteceram as primeiras solicitações de recursos de acessibilidade. Desde então, uma série de ações e intervenções foram elaboradas com o propósito de intervir nas condições de aprendizagem e desenvolvimento profissional e acadêmico que se mostravam estruturalmente desiguais. Os procedimentos realizados abrangeram desde a concessão de tempo adicional para a realização de disciplinas e provas à adequação de videoaulas, textos e imagens para que se tornassem compatíveis aos leitores de tela.

Nesse contexto, surgiu em 2020 o princípio daquilo que, mais tarde, se tornaria a Comissão Geral e Permanente de Acessibilidade e Inclusão, criada em 2022 a partir da instituição da Política Geral de Acessibilidade de Inclusão. A criação da política e do referido órgão consultivo se estabeleceu como um marco de referência no percurso institucional de construção de mudanças conceituais, pedagógicas e organizacionais atentas à promoção de equidade no ensino universitário.

Ao analisarmos o contingente de ingressantes entre 2019 e 2020, esse número saltou de 8.082 estudantes para 29.473, seguido de uma queda acentuada em 2021, com um número de 12.073. Já em 2022, 35.557 estudantes ingressaram, nos anos seguintes houveram aumentos e reduções nesses números, até totalizar 26.348 matrículas em 2025.

Por outro lado, ao analisarmos as trajetórias de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas nos cursos de graduação, entre os anos de 2019 e 2025, 815 cancelaram ou trancaram a matrícula, 1.122 permaneceram matriculados e 65 concluíram o curso. A partir dessa breve análise, sugere-se que um número expressivo de discentes com deficiência e/ou NEEs matriculadas na instituição enfrentam barreiras que comprometem as possibilidades de permanência e sucesso acadêmico.

Nesse sentido, revela-se que o aumento quantitativo de vagas trouxe consigo desafios qualitativos, especialmente para inclusão efetiva de alunos com NEEs e/ou deficiências, anunciando as contradições de medidas de ampliação que não sejam também

acompanhadas de investimento expressivo para a promoção de equidade, inclusão e acessibilidade no ambiente universitário.

Conclusão

Por intermédio da presente discussão, desvelamos a existência de esforços intencionados a democratizar, em algum nível, o acesso ao ensino superior por meio da educação a distância. Contudo, à medida que os índices numéricos de entrada de estudantes ocorrem na universidade, principalmente em função das políticas de expansão da educação universitária pública na modalidade EaD, tornam-se também crescentes os desafios relativos à adaptação dos espaços e dinâmicas de ensino às especificidades das pessoas aprendizes.

Referências

ALTBACH, P.G; REISBERG, L; and RUMBLEY, L.E. **Trends in Global Higher Education Tracking an Academic Revolution**. In: World Conference on Higher Education, Paris, 5-8 July 2009. UNESCO 2009. - References - Scientific Research Publishing. Disponível em: <<https://www.scirp.org/reference/ReferencesPapers?ReferenceID=1683701>>. Acesso em: 29 set. 2025.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Série Prática Pedagógica. 9ª Edição. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ASSUNÇÃO, A. M. L; EDELSTEIN, M. L.; AQUINO, T. G.; BLIKSTEIN, P.; FELIX, A.; SILVA, A. R. Action Research as a Professional Development: Fostering a Professional Learning Community in Brazil. In: **Proceedings of the 18th International Conference of the Learning Sciences – ICLS 2024**. International Society of the Learning Sciences, Buffalo, NY, 2024. [p. 2351-2352]. Disponível em: <<https://repository.isls.org/handle/1/11012>>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 5.800 de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2006. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>.
Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm> Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior: 2010 – Resumo Técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 30 set. 2025.

CABRAL, L. S. A. Políticas de Ações Afirmativas, Pessoas com Deficiência e Reconhecimento das Identidades e Diferenças no Ensino Superior Brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, p. 57, 2018. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3364>>. Acesso em: 29 set. 2025.

COREY, S. M. Action Research in education. **The Journal of Educational Research**, v. 47, n. 5, p. 375-380, 1954.